

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Balancos Patrimoniais			
	Nota	2020	2019
<b>Ativo Circulante</b>		<b>886.275</b>	<b>440.917</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.2	443.757	169.277
Aplicações financeiras	4.3	43.761	-
Contas a receber	5	160.675	96.076
Estoque	6	185.701	132.657
Impostos e contribuições a recuperar	7	41.722	35.375
Outros créditos		10.659	7.532
<b>Não Circulante</b>		<b>1.006.813</b>	<b>801.731</b>
Outros créditos		2.888	288
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.701	1.692
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	23.703	14.770
Imobilizado	9	921.423	743.402
Intangível	10	56.902	41.099
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.892.888</b>	<b>1.242.648</b>

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
	Nota	2020	2019
<b>Passivo e Patrimônio Líquido Circulante</b>		<b>654.287</b>	<b>380.950</b>
Fornecedores	11	195.675	130.812
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	273.942	111.102
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	53.716	36.120
Obrigações tributárias	13	36.556	25.385
Arendamento – direito de uso	22	7.523	66.803
Contas a pagar		5.993	2.877
Dividendos a pagar	17.4	13.867	5.599
Programa de fidelização	15	2.88	2.252
<b>Não Circulante</b>		<b>723.842</b>	<b>685.420</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	222.403	287.383
Arendamento – direito de uso	22	499.537	395.825
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	1.902	2.212
<b>Total Passivo</b>		<b>1.378.129</b>	<b>1.066.370</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>514.759</b>	<b>176.278</b>
Capital social	17.1	387.250	50.515
Reserva de capital	17.2	54.639	79.818
Reserva para opção outorgadas	17.5	1.754	1.471
Reserva especial de ágio		24.825	24.825
Reserva de lucros		46.291	19.649
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.892.888</b>	<b>1.242.648</b>

**1.1. Impactos da Covid-19:** A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados a pandemia causada pela COVID-19, com monitoramento diário da situação e das medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pelas autoridades públicas competentes. Todas as atividades necessárias para garantir a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores, pets e seus tutores foram tomadas. Para mitigar a transmissibilidade do vírus nas lojas, centro de distribuição e sede administrativa, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa, distribuição de materiais profissionais aos colaboradores, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. A grande maioria das lojas físicas permanece aberta desde o início do surto da COVID-19, o que não afetou de forma significativa a evolução das vendas e resultados comparados aos apresentados nos últimos exercícios. Apenas menos de 6% das lojas físicas foram temporariamente fechadas, sendo a maioria em operações fechadas por decisão da Companhia pela redução de custos e fluxo de clientes por estarem localizadas nas áreas internas de shoppings centers, que tiveram seus fechamentos decretados em todo o país, e uma minoria foi fechada por decretos municipais – o que reforça o caráter de essencialidade de nossa negócio. Até o dia 09/07/2020 todas estas lojas já estavam reabertas. Apesar de a maioria das lojas permanecerem abertas, a Companhia paralisou temporariamente a operação das unidades do Centro de Estética em toda a rede, impulsionada por alguns decretos regionais que determinavam o fechamento do serviço, o que também não afetou de forma significativa seus resultados. Desde maio de 2020, as unidades foram reabertas de forma gradual e, até o dia 08/09/2020, todas encontravam-se operando com exceção de algumas unidades no Rio de Janeiro. Com isso, a Companhia manteve o isolamento e distanciamento social, o canal Digital ganhou relevância e apresentou índices de crescimento ainda mais importantes durante a crise. Reforcamos as estruturas logísticas e operacionais em nosso centro de distribuição e plataformas de entrega, e aumentamos nossos investimentos em tecnologia, de forma a continuar a atender nossos clientes oferecendo elevado nível de serviço. Mesmo com o entendimento de que possuía uma posição de caixa confortável para atravessar a crise, a Companhia antecipou o reforço de capital com bancos parceiros a fim de mitigar possíveis riscos de liquidez futuros, não sendo necessário nenhum reforço no curto prazo. Após uma completa análise de performance de suas unidades, a Companhia entende que a crise provocada pela pandemia reforçou a essencialidade e a resiliência do segmento pet, além de ter acelerado as vendas totais da Companhia, impulsionadas pelo canal Digital. Os impactos causados pelo fechamento temporário das operações mencionadas, além do isolamento social, não foram significativos para a continuidade de seu negócio e não há apontamentos relevantes a serem registrados em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os impactos e, caso necessário, tomará as medidas e providências necessárias. Atendendo às orientações dos itens 6.3 e 6.4 do Ofício CVM/SEP nº 01/2021, a Companhia avaliou e concluiu pela manutenção da adoção da metodologia contábil operacional na elaboração das demonstrações financeiras, e efetuou a revisão de suas principais premissas, conforme segue: (i) a revisão das premissas do teste anual de "impairment", cuja análise não demonstrou necessidade de reconhecimento de ajuste nas demonstrações financeiras; (ii) análise de eventuais perdas de crédito esperadas das contas a receber, cuja análise não demonstrou necessidade de reconhecimento de ajuste nas demonstrações financeiras, uma vez que o contas a receber é composto substancialmente por recebíveis de cartões de crédito/débito; (iii) análise de eventuais perdas de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, não houve necessidade de provisão complementar; (iv) a expectativa de realização do custo de renda diferido permanece a mesma para 31/12/2020, conforme a explicativa nº 8.3.

**2.2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
**2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Administração da International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas na legislação ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia para fins de mensuração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo passivo na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características de cada ativo ou passivo e as condições de mercado existentes no momento da mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2) / IFRS 16) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IFRS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Valor Líquido a Realizar e Ativos. **2.3. Continuidade Operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **2.5. Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e o reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto o exercício corrente presente quanto os exercícios futuros. As principais estimativas e julgamentos aplicados pela Administração estão divulgados nas seguintes notas explicativas:

**3. Adoção das IFRSs Novas e Revisadas**  
**3.1. IFRSs novas e revisadas em vigor no exercício corrente:** Exceto pelo disposto abaixo, não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICP/IFRIC aplicáveis à Companhia que entraram em vigor no exercício corrente que tiveram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. • Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 – Concessões de Aluguel Relacionadas a Covid-19. Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas a Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para o arrendatário na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, no intuito de introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada a COVID-19 representa uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz essa opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada a COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança. b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em um mês de 30/06/2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em um mês de 30/06/2021 e pagamentos de arrendamento maiores de 30/06/2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. O exercício social corrente, o Grupo aplicou as alterações à IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020) antes da sua data de vigência. **3.2. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Exceto pelo disposto abaixo, não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICP/IFRIC aplicáveis à Companhia que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações de Arrendamento – O arrendatário que opta por não avaliar se os pagamentos em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras**  
**4.1. Política Contábil:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas que possuem data de vencimento superior a 90 dias ou que foram oferecidas como garantia. **4.2. Composição de Caixa e Equivalente de Caixa**

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	10.998	2.224
Aplicações financeiras (*)	432.759	163.053
<b>Total</b>	<b>443.757</b>	<b>169.277</b>

(\*) Representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs e remunerados a uma taxa média de 104,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31/12/2020 (101,0% em 31 de dezembro de 2019), as quais são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

**4.3. Composição de Aplicações Financeiras**

	2020	2019
Aplicações em CDBs (*)	43.761	288
<b>Total</b>	<b>43.761</b>	-

(\*) CDBs oferecidos como garantia dos Empréstimos e Notas Promissórias contratados no primeiro semestre de 2020, representando 20% do saldo devedor das referidas dívidas e remunerados a uma taxa média de 100% da variação do CDI em 31/12/2020.

**5. Contas a Receber**  
**5.1. Política Contábil:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. As vendas efetuadas pela Companhia são substancialmente à vista e podem ser parceladas pelos clientes em até dez vezes por meio de cartões de crédito conveniados, sendo a maioria das vendas a prazo por um período praticado nas vendas à vista.

**5.2. Composição**

	2020	2019
Operadoras de cartões (*)	155.094	95.531
Duplicatas a receber	5.581	545
<b>Total</b>	<b>160.675</b>	<b>96.076</b>

(\*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadores de cartões, é de 34 dias em 31/12/2020 (30 dias em 31/12/2019). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas de balanço é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

**6. Estoques**  
**6.1. Política Contábil:** Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas na data das transações quando aplicável.

**6.2. Composição**

	2020	2019
Materiais para revenda	173.815	131.673
Adiantamento de importação	11.917	4.624
Outros	159	129
<b>Total</b>	<b>185.891</b>	<b>136.426</b>

Provisão para perdas

	2020	2019
<b>Total</b>	<b>185.701</b>	<b>132.657</b>

O custo dos estoques vendidos reconhecido ao resultado do exercício findo em 31/12/2020 foi de R\$757.051 (R\$498.800 no exercício findo em 31/12/2019).

**6.3. Perdas Estimadas em Estoques**  
O teste de avaliação realizado durante o exercício de 2020 e 2019 não evidenciou necessidade de reconhecimento de ajuste nas demonstrações financeiras. A análise de eventuais perdas de crédito esperadas das contas a receber, cuja análise não demonstrou necessidade de reconhecimento de ajuste nas demonstrações financeiras, uma vez que o contas a receber é composto substancialmente por recebíveis de cartões de crédito/débito; (iii) análise de eventuais perdas de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, não houve necessidade de provisão complementar; (iv) a expectativa de realização do custo de renda diferido permanece a mesma para 31/12/2020, conforme a explicativa nº 8.3.

**7. Impostos e Contribuições a Recuperar**  
**7.1. Política Contábil:** Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas na data das transações quando aplicável.

**7.2. Composição**

	2020	2019
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para a Financiamento da Seguridade Social – COFINS (b)	9.042	9.153
IRPJ/CSLL (c)	6.156	4.476
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	41	74
Outros	6.502	2.775
<b>Total</b>	<b>43.423</b>	<b>37.067</b>

Provisão para perdas

	2020	2019
<b>Total</b>	<b>43.423</b>	<b>37.067</b>

O custo dos estoques vendidos reconhecido ao resultado do exercício findo em 31/12/2020 foi de R\$757.051 (R\$498.800 no exercício findo em 31/12/2019).

**8. Imposto de Renda e Contribuição Social**  
**8.1. Política Contábil:** A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL representa a soma dos juros correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável, conforme legislação tributária vigente. **Impostos diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e o custo do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. **8.2. Composição**

	2020	2019
<b>Ativos</b>		
Arrendamentos Operacionais (CPC 06 (R2) / IFRS 16)	44.917	44.917
Provisão de participação nos lucros e resultados	17.449	17.449
Programa de fidelização – "Vale a Pena Ser Fiel"	3.015	3.015
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.902	1.902
Plano de opção de compra de ações	1.754	1.754
Provisão para perdas nos estoques	190	190
Benefício líquido do ágio (i)	(370)	(370)
Mais-valia de ativos (ii)	858	858
Outras provisões	858	858
<b>Total</b>	<b>69.715</b>	<b>69.715</b>
<b>Lições nominais ponderadas</b>	25,9%	25%
IRPJ e contribuição social diferidos ativos	17.429	6.274
<b>Total</b>	<b>23.703</b>	<b>14.770</b>

(i) A Companhia concluiu, em 30/06/2015, o processo de incorporação do seu então controlador Wurlenburg Pincus XI. Nesse acervo estava registrado um crédito tributário decorrente de uma redução do montante de R\$70.253, líquido de provisão contábil para redução do ágio ao valor de R\$23.889, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
<b>Ativo</b>		
Depreciação acumulada	(113.750)	(113.750)
Valor líquido	301.426	307.106
<b>Passivo</b>		
Depreciação acumulada	(76.825)	(76.825)
Valor líquido	41.229	41.229
<b>Total</b>	<b>23.703</b>	<b>23.703</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Nota	2020	2019	Reservas de Lucros acumulados	Lucros	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>50.515</b>	<b>24.825</b>	<b>79.818</b>	<b>1.118</b>	<b>181.771</b>
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal		-	-	1.179	-	(1.179)
Reserva de lucros		-	-	-	1.179	(5.599)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	16.798	(16.798)
Reserva de lucros		-	-	-	16.798	(16.798)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>50.515</b>	<b>24.825</b>	<b>79.818</b>	<b>1.471</b>	<b>176.278</b>
Aumento de capital	17.1	336.735	-	-	-	336.735
Custos de transação na emissão de ações	17.1	-	-	(25.179)	-	(25.179)
Opções outorgadas reconhecidas	17.5	-	-	-	283	283
Dividendos distribuídos	17.4	-	-	-	(16.798)	(16.798)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	17.3	-	-	-	2.919	(2.919)
Dividendos	17.4	-	-	-	-	(2.588)
Juros sobre capital próprio	17.4	-	-	-	-	(12.359)
Reserva de lucros		-	-	-	40.521	(40.521)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>387.250</b>	<b>24.825</b>	<b>54.639</b>	<b>5.770</b>	<b>514.759</b>

Demonstrações do Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	Nota	2020	2020	2019	2019
<b>Recita Operacional Líquida</b>	<b>19</b>	<b>1.436.756</b>	<b>986.076</b>	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>69.949</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	(743.249)	(509.748)	Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e do CSLL com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
<b>Lucro Bruto</b>		<b>693.507</b>	<b>476.328</b>	Depreciação e amortização	9 e 10
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>20</b>	<b>(281.092)</b>	Depreciação – direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22
Comerciais e administrativas	20	(133.748)	(95.050)	Despesa de juros – direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(8.969)	(14.072)	Opções outorgadas reconhecidas	16.e
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>		<b>124.102</b>	<b>86.114</b>	Juros sobre empréstimos e financiamentos	14
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>21</b>	<b>(14.218)</b>	Baixa do imobilizado	9 e 10
Receitas financeiras	21	14.218	8.714	Programa de fidelização	15
Despesas financeiras	21	(68.371)	(58.490)	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16
<b>Lucro antes do IRPJ e da Contribuição Social</b>		<b>69.949</b>	<b>36.338</b>	Provisão para perdas nos estoques	6
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>8.4</b>	<b>(10.495)</b>	Rendimentos de aplicações financeiras	(1.029)
Diferido	8.4	(20.495)	(14.926)	Depreciação de reembolso de benfeitorias	(251)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>58.387</b>	<b>23.576</b>	Variações nos ativos e passivos operacionais:	
<b>Lucro Líquido por Ação – R\$</b>		<b>58.387</b>	<b>23.576</b>	Contas a receber	(66.042)
Básico	24	0,16594	0,06768	Estoques	(49.465)
Diluído	24	0,15586	0,06768	Impostos e contribuições a recuperar	(3.665)

**8.4. Análise da Alíquota Efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social:** A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.949	36.338
Alíquota nominal –	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(23.783)	(12.355)
(Ad		

# Pet Center Comércio e Participações S.A.

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2020	2019
(b) A probabilidade de risco civil está relacionada a pedidos de indenização por supostos incidentes ocorridos nas lojas. <b>16.3. Movimentação das Provisões:</b> A movimentação das provisões para riscos civis e trabalhistas, bem como dos depósitos judiciais no exercício foi como segue:		
<b>Saldo no início do exercício</b>	2.212	2.042
Adições/reversões, líquido	746	644
Pagamentos	(1.056)	(474)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.902</b>	<b>2.212</b>
<b>Depósitos judiciais (*)</b>		
Saldo no início do exercício	719	341
Adições	3.185	835
Resgates	(1.020)	(457)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.884</b>	<b>719</b>
(*) Registrados na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante.		
Processos com risco de perda possível: A Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:		
<b>2020</b>	<b>2019</b>	
Trabalhistas	8.495	2.343
Cíveis	381	593
Judiciais	2.525	1.077
<b>Total</b>	<b>11.401</b>	<b>4.013</b>

## 17. Patrimônio Líquido

### 17.1. Capital Social: O capital social de R\$387.250 é representado por 372.855.796 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2020	2019
Sergio Zimmerman Participações	131.968.204	35,4%
TRUXT Investimentos Ltda	29.590.365	7,9%
Itau Unibanco S/A	19.768.175	5,3%
Outros	191.529.052	51,4%
<b>Total</b>	<b>372.855.796</b>	<b>100%</b>

Em 19/11/2019 a FHZ Participações vendeu suas ações para o atual CEO da Companhia, Sergio Zimmerman. Em 31/12/2020, com uma participação indireta de 35,4%, Sergio Zimmerman é o acionista controlador da Companhia. Em 18/02/2020 na Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberada e aprovada: • A aprovação do desdobramento das 174.183 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia a razão de 1 ação ordinária existente para 1.000 ações ordinárias, resultando em um total de 174.183.000 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento foi operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. • A submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480. • A submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (d) do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado. Em 26/03/2020 a CVM concedeu ao pedido de interrupção das análises do pedido de registro, em 03/03/2020, o acionista Sergio Zimmerman aportou 56.229.000 ações ordinárias, sem valor nominal, da Companhia em nome Sergio Zimmerman Participações Eireli ("Sergio Zimmerman Participações"), passando essa nova entidade a possuir 32,28% das ações da Companhia. Em 18/08/2020 na Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberado e aprovado o desdobramento das 174.183.000 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia a razão de 1 ação ordinária existente para 2 ações ordinárias, resultando em um total de 348.366.000 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento foi operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. Em 09/09/2020 na Reunião do Conselho de Administração – RCA, foi deliberado e aprovado, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia ("Oferta"), o aumento do capital social, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$336.735, o qual passará de R\$50.515 para R\$336.735, mediante a emissão de 24.489.796 novas ações ordinárias, cada uma no valor de R\$13,75, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 348.366.000 ações ordinárias para 372.855.796 ações ordinárias. Os gastos com essa oferta totalizaram R\$25.179, os quais estão classificados como reduções do patrimônio líquido na rubrica "Custos de transação na emissão de ações" de acordo com o preconizado no pronunciamento técnico CPC 08 (R1), **17.2. Reserva de Capital:** Em 06/12/2013, o Warburg Pincus XI adquiriu da FHZ 78.230 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e subscreveu novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Dessa forma, o Warburg Pincus XI passou a detê-las de 50% mais uma ação de capital social total e volante da Companhia. O preço de emissão total pela subscrição foi de R\$1.143,20, sendo integralizado em moeda corrente nacional no patrimônio líquido da Companhia, sendo R\$186 como aumento do capital social da Companhia e R\$957,81 destinados à rubrica "Reserva de Capital". Na mesma data, foi emitido um bônus de subscrição a favor do Warburg Pincus XI, conferindo-lhe o direito de subscrever o número de ações ordinárias, nominativas e

	No exercício findo em 2020														Total
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	
Total de opção de compra de ações	7.828	2.376	800	140	5.826	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36	28.132
Outorga de opções adicionais	-	1.108	940	1.136	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.184
Opções canceladas	(4.942)	(160)	(240)	-	(1.118)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.540)
<b>Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2020</b>	<b>2.886</b>	<b>3.324</b>	<b>1.420</b>	<b>1.276</b>	<b>4.708</b>	<b>1.206</b>	<b>5.770</b>	<b>148</b>	<b>372</b>	<b>2.158</b>	<b>932</b>	<b>522</b>	<b>18</b>	<b>36</b>	<b>24.776</b>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º
Data da outorga	31/01/14	31/01/15	25/02/16	02/01/17	02/01/18	02/01/19	02/01/19	01/03/19	30/06/19	31/12/19	31/12/19	18/08/20	18/08/20	18/08/20
Início do prazo de exercício das opções	31/01/15	31/01/16	25/02/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20	31/12/19	31/12/20	31/12/20	18/08/21	18/08/21	18/08/21
Período de "vesting"	5 anos	4,5 anos	4,5 anos	5 anos	4 anos	5 anos	4 anos	5 anos						
Término do prazo de exercício das opções	31/01/24	31/01/25	25/02/26	02/01/27	02/01/28	02/01/29	02/01/29	01/03/29	31/12/28	31/12/29	31/12/28	31/12/29	31/12/29	31/12/29
Taxa de juros livre de risco	12,84%	16,19%	10,92%	7,18%	6,78%	6,41%	6,41%	6,44%	5,87%	6,41%	6,41%	2,04%	2,04%	2,04%
Número de indicadores e executivos elegíveis	8	8	6	5	1	16	5	2	1	4	1	4	10	19
Indexador	CDI													
Número de opções em aberto	2.886	3.324	1.420	1.276	4.708	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36
Valor justo das ações no momento da outorga em reais	0,72	0,80	0,91	0,91	1,27	1,21	1,21	1,21	1,26	1,26	1,26	1,29	1,29	1,29

## 18. Partes Relacionadas

	2020	2019
<b>18.1. Saldos e Transações</b>		
<b>Saldos</b>		
Passivo circulante:		
Arrendamento mercantil (ii)	31.384	30.268
<b>Transações:</b> Receita de venda de mercadorias (i)	-	2.102
Receita de "royalties" (v)	-	429
Despesa com depreciação e juros (ii)	5.035	4.576
Despesa com aluguel (iii)	293	247
(i) Em 01/09/2013, a Companhia firmou contrato de franquia com a Pet Center Marginal S.A. ("PCM") e a Pet Center Eldorado S.A. ("PCE"), suas antigas acionistas. O contrato prevê o fornecimento de produtos de revenda pela franqueadora e a utilização da marca "Petz" pelas franqueadas. As vendas são realizadas em condições definidas entre as partes. Em 01/06/2017 ocorreu o distrato do contrato de franquia com a PCE, sem aquisição do ponto comercial. Em 15/04/2019 ocorreu o distrato do contrato de franquia com a PCM com aquisição do ponto comercial no montante de R\$17.037. (ii) A Companhia possui contratos de locação firmados com a Zimmerman Participações Ltda., correspondentes à locação do escritório e depósito da loja Marginal Tiê. O saldo indicado está considerando os efeitos do CPC06/IFRS 16. (iii) Em 29/08/2019 foi nomeada Tania Zimmerman como membro do Conselho de Administração, após a renúncia Haenni Zimmerman. <b>18.2. Remuneração dos Administradores:</b> As despesas relativas à remuneração total do pessoal da Alta Administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos exercícios, foram as seguintes:		
<b>2020</b>	<b>2019</b>	
Conselho de Administração	1.192	516
Diretores estatutários	7.045	6.166
Conselheiros (iii)	6.237	6.237
Proventos e encargos sociais	6.805	6.656
Benefícios indiretos	276	306
<b>Total</b>	<b>6.881</b>	<b>5.962</b>

## 19. Receita Operacional Líquida

**19.1. Política Contábil:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A Companhia reconhece receita das seguintes atividades realizadas: • Venda de produtos para animais de estimação, como rações, alimentos, acessórios e medicamentos, como também animais de estimação. • Prestação de serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia recebe em um contrato com o cliente. A Companhia reconhece receita quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de devoluções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas. Venda de mercadorias: Para vendas de mercadorias para clientes no varejo e e-commerce, a receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda e/ou quando recebe as mercadorias. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias. No ponto de venda, uma obrigação de restituição e o correspondente ajuste da receita são reconhecidos para os produtos devolvidos e/ou quando uma venda é cancelada. Ao mesmo tempo, a Companhia reconhece o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, consequentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas. Devoluções e cancelamento: O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. **Prestação de serviços:** A Companhia fornece serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e os riscos e benefícios correspondentes aos serviços são transferidos para os clientes. O pagamento

sem valor nominal de emissão da Companhia conforme fórmulas predefinidas no mencionado bônus de subscrição, bem como o valor pago o preço de subscrição definido no Contrato de Compra e Venda firmado pelas partes em 16/08/2013. Em 18/08/2020 foi deliberada em assembleia geral extraordinária o cancelamento do bônus de subscrição. **17.3. Reserva Legal:** Do lucro líquido apurado no exercício, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Em 31/12/2020 o saldo da reserva legal era de R\$5.770. **17.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 22 de abril e 18/05/2020, ocorreu o pagamento aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório destinado no ano de 2019, no montante de R\$5.599. Em 07/05/2020 foi destinado a título de dividendo o saldo remanescente da reserva de lucros, com pagamentos realizados em 16/07/2020 e 07/08/2020, no montante de R\$16.798. Em 17/12/2020 na Reunião do Conselho de Administração – RCA, foi deliberada e aprovada a destinação de juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$12.359, com imposto de renda retido na fonte no valor de R\$1.080, registrado na rubrica "Obrigações tributárias". O montante total dos juros sobre o capital próprio se encontra dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 9 da Lei nº 9.249/95, e foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório pelo seu valor líquido, conforme demonstrado abaixo: **Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio**

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	58.387	23.576
(i) Reserva legal	(2.919)	(1.179)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>55.468</b>	<b>22.397</b>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	13.867	5.599
Composição da distribuição		
Distribuído na forma de JSCP	12.359	-
(ii) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	(1.080)	-
Complemento dividendo mínimo obrigatório	2.588	5.599
<b>Total dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>13.867</b>	<b>5.599</b>

Os juros sobre o capital próprio foram deduzidos na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Os benefícios tributários dessa dedução no exercício de 2020 foram de aproximadamente R\$4.202. **17.5. Reserva para Plano de Opção de Compra de Ações – 17.5.1. Política Contábil:** A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações vigentes, ambos aprovados em assembleia geral extraordinária, sendo uma realizada em 06/12/2013 ("1º SOP") e outra aprovada em 18/08/2020 ("2º SOP"), os quais estabelecem condições gerais para a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. Determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Participantes") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia. O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga de Opções; (ii) as pessoas às quais as Opções serão concedidas (Participantes); (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia de que os Participantes terão o direito de subscrever com o exercício da Opção; (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção; (v) o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos; e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano. **17.5.2. Característica:** As condições para exercício das opções foram definidas da seguinte forma: • "1º SOP" – O preço de exercício fixado está sujeito à variação do CDI, desde 06/12/2013 até a data do efetivo pagamento, com carência para livre negociação após cinco anos da data de outorga das Opções. O exercício das Opções poderá ser exercido integralmente após 6 meses do "Evento de Liquidez". • "2º SOP" – O preço de exercício para as outorgas realizadas nos 12 meses contados da data da Oferta, será o preço por ação praticado na Oferta. Para as outorgas após esse período será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia na B3 em determinado período anterior a outorga. As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia. Até 31/12/2020 não foram feitas outorgas de opção Plano "2º SOP". **17.5.3. Despesas com o Plano de Opção de Compra de Ações:** O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reserva de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

	No exercício findo em 2020														Total
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	
Data da outorga e programa	25/02/2016 – Terceiro Programa	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2/01/2017 – Quarto Programa	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2/01/2018 – Quinto Programa	9	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2/01/2019 – Sexto Programa	17	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2/01/2019 – Sétimo Programa	37	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1/03/2019 – Oitavo Programa	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
30/06/2019 – Nono Programa	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31/12/2019 – Décimo Programa	25	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31/12/2019 – Décimo Primeiro Programa	46	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
18/08/2020 – Décimo Segundo Programa	36	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
18/08/2020 – Décimo Terceiro Programa	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
03/08/2020 – Décimo Quarto Programa	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>144</b>													

## 17.5.4. Movimentação:

A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31/12/2020 está apresentada a seguir (por mil ações):

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º
Total de opção de compra de ações	7.828	2.376	800	140	5.826	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36
Outorga de opções adicionais	-	1.108	940	1.136	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções canceladas	(4.942)	(160)	(240)	-	(1.118)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2020</b>	<b>2.886</b>	<b>3.324</b>	<b>1.420</b>	<b>1.276</b>	<b>4.708</b>	<b>1.206</b>	<b>5.770</b>	<b>148</b>	<b>372</b>	<b>2.158</b>	<b>932</b>	<b>522</b>	<b>18</b>	<b>36</b>

## 20. Despesa por Natureza

	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(704.301)	(455.382)
Despesa com pessoal	(253.449)	(181.164)
Custo de ocupação e consumo	(72.499)	(57.195)
Depreciação e amortização	(66.256)	(40.633)
Depreciação – Direito de uso locação de imóveis	(74.293)	(60.804)
Logística	(34.020)	(12.071)
Créditos fiscais de PIS e COFINS – (nota 20.1)	12.521	7.745
Efeto do plano de compra de ações (nota 17.5.3)	(353)	(353)
Proteja trabalhista	(746)	(746)
Doação COVID-19	(1.000)	-
Outras(*)	(128.328)	(99.360)
<b>Total</b>	<b>(1.312.654)</b>	<b>(899.962)</b>
Classificadas como:		
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(743.249)	(509.748)
Despesas com vendas	(426.690)	(281.092)
Despesas gerais e administrativas	(133.745)	(95.050)
Despesas despesas operacionais, líquidas	(170.969)	(114.234)
<b>Total</b>	<b>(1.312.654)</b>	<b>(899.962)</b>

## 21. Outras despesas operacionais